Estratégia Concursos

Aula 00 - Somente PDF

SEFAZ-SC (Auditor Fiscal - Auditoria e Fiscalização) Passo Estratégico de Contabilidade Avançada e de Custos

Autor:
Filipe Magalhães, Júlio Cardozo

29 de Agosto de 2023

Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - CPC 01 - FCC 3
2) Roteiro de Revisão - CPC 01 4
3) Apostas Estratégicas - CPC 01 9
4) Questões Comentadas - CPC 01 - FCC 11
5) Questionário de Revisão - CPC 01 25
6) Lista de Questões - CPC 01 - FCC 29

APRESENTAÇÃO

Olá! No relatório de hoje iremos analisar o Pronunciamento Contábil que é mais exigido em provas: a Estrutura Conceitual: CPC 00 (R2). Assunto importantíssimo que simplesmente cai em praticamente todos as provas e é fundamental para o seu estudo.

Aproveitem e bons estudos.

Faça contato conosco pelas redes sociais!

@profjuliocardozo @filipemagalhaes30

ANÁLISE ESTATÍSTICA

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Pessoal, a maioria das questões que as bancas cobram sobre esse assunto acabam envolvendo, de certa forma a literalidade dos itens do CPC 00 (R2). Por isso, separamos nesse relatório os itens mais importantes, e as definições dos elementos das demonstrações contábeis.

Agora vejamos capítulos mais cobrados do CPC 00 (R2) pela banca FCC:

Assunto mais cobrado	Quantidade
CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS	42,3%
CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26,9%
CAPÍTULO 1 – OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS	19,2%
CAPÍTULO 6 – MENSURAÇÃO	3,8%
SITUAÇÃO E FINALIDADE DA ESTRUTURA CONCEITUAL	3,8%
CAPÍTULO 8 – CONCEITOS DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL	3,8%
CAPÍTULO 3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A ENTIDADE QUE REPORTA	0,0%
CAPÍTULO 5 – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO	0,0%
CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	0,0%
Total	100,0%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Nenhum ativo pode estar registrado na Contabilidade por valores que superem os benefícios econômicos que esperamos dele, seja pela sua venda ou pelo seu uso. Existe uma metodologia própria para analisarmos a chamada "recuperabilidade de ativos".

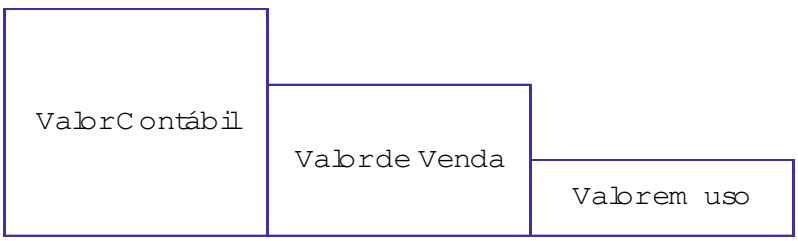
O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76. Segundo este diploma legal:

> Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
>
> § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, **análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível**, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
>
> I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638,de 2007)
>
> II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638,de 2007)

O "conceito geral de recuperabilidade" é aplicado a todos os ativos, **sem exceção,** mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a alguns ativos, como:

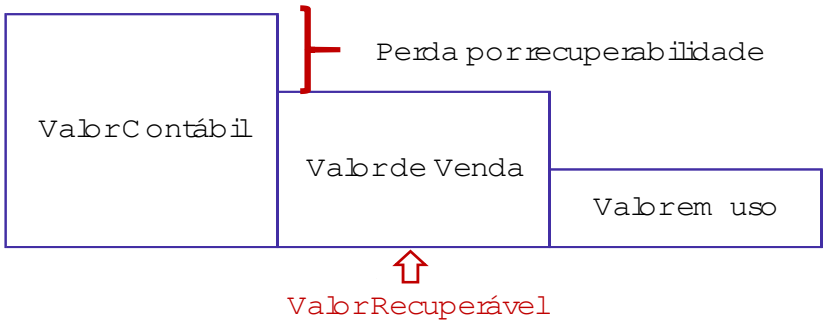
CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

Vejam:

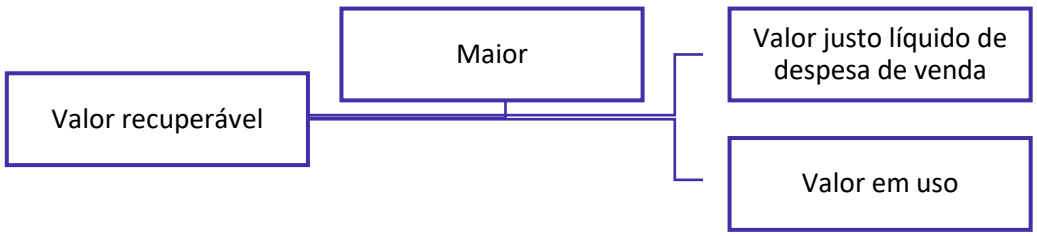


Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável).**

Esquematizemos:



Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.



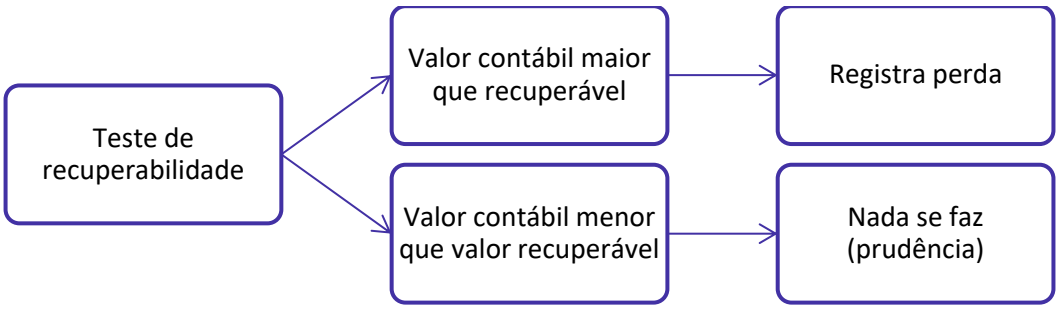
Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, entradas de caixa de R$ 1.000.000,00, com saídas esperadas de R$ 400.000,00. O seu valor em uso será, resumidamente, o montante de R$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00). Se tivéssemos uma taxa de juros na operação, teríamos que usá-la para obter o valor presente.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração. **(CPC 46 – Mensuração do Valor Justo).** Para fins de teste de recuperabilidade, o valor justo deve ser diminuído de gastos que necessário para colocar o bem em condições de venda, com fretes, revisões, manutenções.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade:

Esquematizemos:



Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

a) Pegamos o valor de aquisição

b) Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes

c) Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com as entradas e saídas de caixa esperados, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum\left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em n}}{(1+i)^n}\right)$$

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

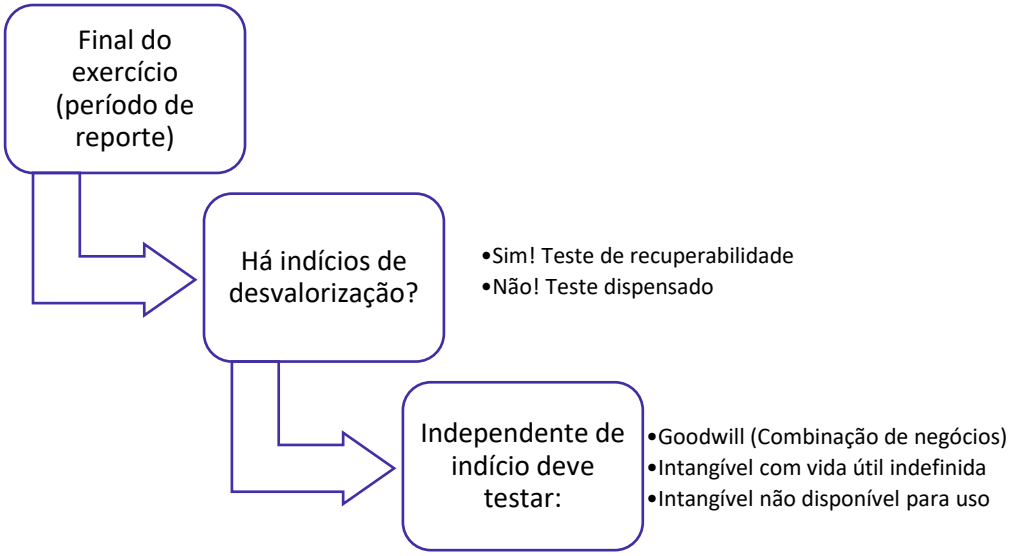
3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, por prudência.

Para os ativos em geral (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

Existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.

Em suma:



Se a entidade tiver perda por recuperabilidade registrada no exercício X0, por exemplo, e ocorrer o aumento do valor recuperável no exercício X1, ela deve fazer a reversão dessa perda registrada anteriormente, como **uma receita**.

O limite para a reversão da perda é o valor contábil que o ativo possuia antes de qualquer perda ter sido registrada.

Não podemos reconhecer a reversão de perda por recuperabilidade no goodwill - ágio por expectativa de rentabilidade futura, pois seria o mesmo que reconhecer o goodwill gerado internamente.

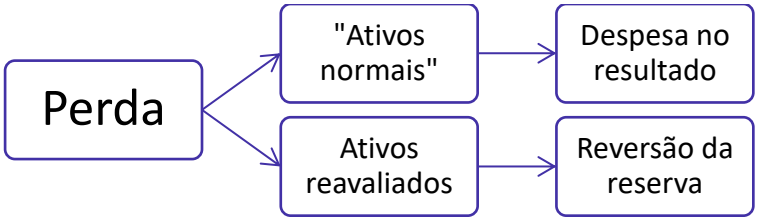
O CPC 01 trouxe alguns exemplos de indicativos de que um ativo possa estar desvalorizado:

Esquematizemos:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

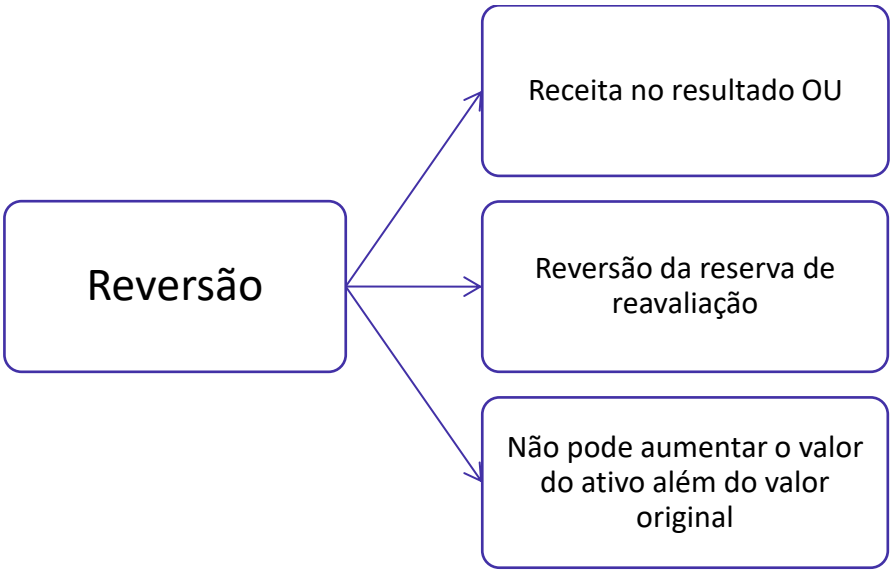
Segundo a norma, a **perda por recuperabilidade deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.**

Esquematizemos:



Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

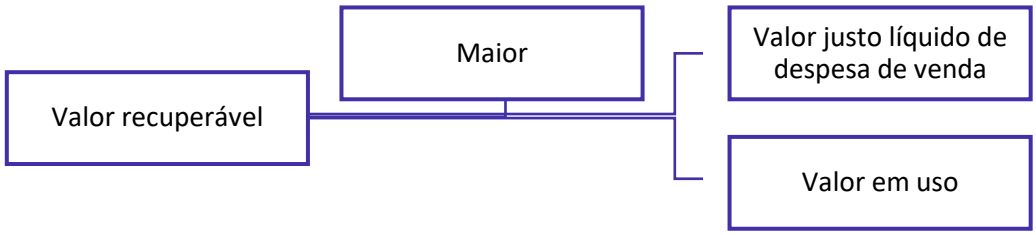
Esquematizemos:



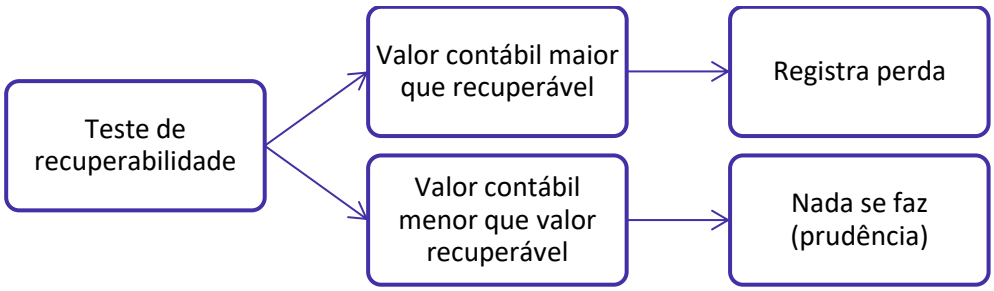
Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo).

APOSTA ESTRATÉGICA

Não podemos esquecer:



Contabilização do Teste de Recuperabilidade:

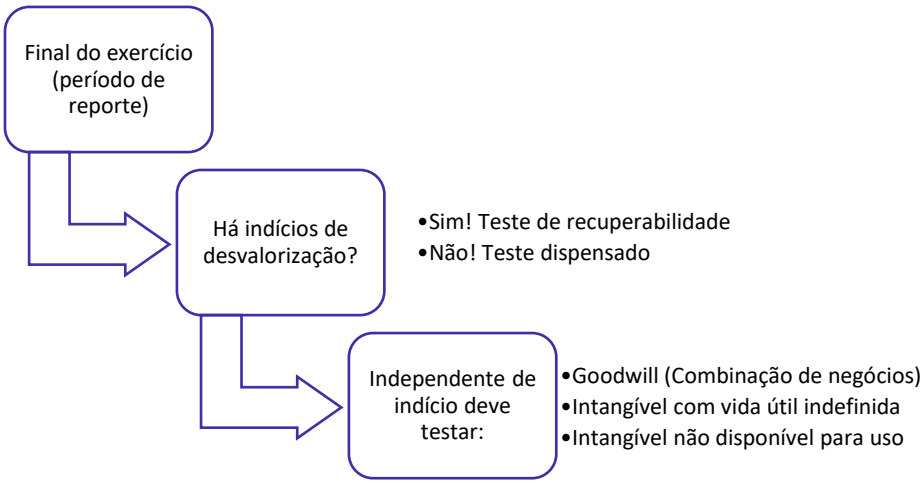


Queremos destacar a importância de sabermos realizar corretamente o teste de recuperabilidade! A banca irá fornecer direta ou indiretamente o valor contábil, valor em uso e valor justo. Com esses esquemas acima não erraremos.

Existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.

Em suma:



Se a entidade tiver perda por recuperabilidade registrada no exercício X0, por exemplo, e ocorrer o aumento do valor recuperável no exercício X1, ela deve fazer a reversão dessa perda registrada anteriormente, como **uma receita**. Reforçamos que a perda por recuperabilidade do goodwill não é revertida! Muitas questões cobram isso.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Contabilização do Teste de Recuperabilidade

1. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) No Balanço Patrimonial de 31/12/2019 de uma empresa, o saldo contábil evidenciado para um Ativo Intangível com vida útil indefinida era R$ 1.600.000,00 composto pelos seguintes valores:

• Custo de aquisição: ..... R$ 1.900.000,00.

• Perda por desvalorização: ..... R$ 300.000,00.

Em dezembro de 2020, havia evidências indicando que a vida útil desse ativo continuava indefinida e a empresa obteve as seguintes informações para realizar o teste de redução ao valor recuperável do Ativo Intangível:

• Valor em uso do ativo: ..... R$ 2.000.000,00.

• Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: ..... R$ 1.920.000,00.

Sabendo-se que o Ativo Intangível não se refere a Ágio por Expectativa de Resultados Futuros, a empresa reconheceu, no resultado de 2020, um ganho, em reais, no valor de

a) 300.000,00

b) 100.000,00

c) 400.000,00

d) 320.000,00

e) 20.000,00

Comentários:

Questão que trata da Aplicação do Teste de Recuperabilidade. Temos um Ativo Intangível com vida útil indefinida, o qual sabemos que não será amortizado, mas submetido ao Teste de Recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano.

Valor Contábil = R$ 1.900.000,00 - R$ 300.000,00 = R$ 1.600.000,00.

• Valor em uso do ativo: R$ 2.000.000,00.

• Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R$ 1.920.000,00.

Valor Recuperável = R$ 2.000.000,00, pois é o maior entre o Valor em Uso e o Valor.

Se não houvesse perda registrada de exercícios anteriores registrada, não faríamos ajuste contábil algum.

Contudo, o valor recuperável do ativo é de R$ 2.000.000, isto é, houve um aumento. Assim sendo, temos que reverter a perda registrada em exercícios anteriores.

Agora, precisamos ter cuidado, pois a reversão das perdas não pode "aumentar" o valor contábil do ativo, isto é, o limite da reversão da perda por recuperabilidade é o valor contábil que o ativo teria caso nenhuma perda tivesse sido registrada.

Portanto, a empresa reconheceu, no resultado de 2020, um ganho, com a reversão da perda, em reais, no valor de R$ 300.000,00.

Contabilização:

D - Perda por desvalorização (retificadora do ativo) R$ 300.000,00

C - Reversão da perda por desvalorização (resultado) R$ 300.000,00

O ativo será apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2020 pelo valor de R$ 1.900.000,00.

Gabarito: A

Aplicação do Teste de Recuperabilidade

2. (FCC/SEF SC/Analista da Receita Estadual/2021) A Cia. Invisível possuía, em 31/12/2019, um ativo Intangível (Marca) com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R$ 2.100.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição ..... R$ 2.500.000,00

- Perda por desvalorização (reconhecida em 2019) ..... R$ 400.000,00

Em dezembro de 2020, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso ..... R$ 1.900.000,00

- Valor justo líquido das despesas de venda ..... R$ 2.600.000,00

Com base nestas informações e sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Invisível, em dezembro de 2020,

A não fez nenhum registro.

B reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 200.000,00.

C reconheceu um ganho no valor de R$ 400.000,00.

D reconheceu um ganho no valor de R$ 500.000,00.

E reconheceu um ganho no valor de R$ 100.000,00.

Comentários:

Recordamos que os Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição ..... R$ 2.500.000,00

(-) Perda por desvalorização (reconhecida em 2019) ..... R$ 400.000,00

(=) Saldo Contábil = R$ 2.100.000,00

Posteriormente, em 31/12/2020, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R$ 1.900.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 2.600.000,00.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é menor do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.

Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso (ela informou que é uma Marca).

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R$ 2.600.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R$ 2.500.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 400.000,00.

Gabarito: C.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade

3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade -Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

− Custo de aquisição: R$ 950.000,00.

− Perda por desvalorização (impairment): R$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 1.000.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

(A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 50.000,00.

(B) manteve, no ativo, o valor contábil de R$ 750.000,00.

(C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 250.000,00.

(D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R$ 50.000,00.

(E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 200.000,00.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por recuperabilidade = 950.000 - 200.000 = R$ 750.000

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R$ 1.000.000.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é MAIOR do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.

Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R$ 1.000.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R$ 200.000. Não pode passar disso, ok? Portanto, reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 200.000,00.

Gabarito: E.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade

4. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

(A) reconheceu um ganho no valor de R$ 150.000,00.

(B) não fez nenhum registro contábil.

(C) reconheceu um ganho no valor de R$ 130.000,00.

(D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 50.000,00.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 180.000,00.

Comentários:

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- Valor em uso da marcar = $ 470.000
- Valor justo líquido das despesas de venda = R$ 670.000

➢ Valor recuperável = R$ 670.000

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)

Valor Contábil = 650.000 – 130.000 = 520.000

O valor contábil é de 520.000, mas o valor recuperável é de R$ 670.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, ela deve reverter a perda de R$ 130.000, registrando um ganho nessa quantia.

Lembrando que o limite para reversão é o valor original do ativo (R$ 650.000), subtraído de eventual depreciação, amortização ou exaustão.

Gabarito: C.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade e Itens Teóricos do CPC 01

5. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00

(−) Amortização Acumulada ..... (3.500.000,00)

(=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R$)	Amortização acumulada (R$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	**25.000.000,00**	**3.500.000,00**	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R$)	Valor em uso (R$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

a) 20.250.000,00.

b) 20.125.000,00.

c) 19.750.000,00.

d) 19.625.000,00.

e) 20.625.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Patentes:

- Valor Amortizável = 17.500.000,00
- Vida Útil = 20 anos

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{17.500.000}{20} = \text{R\$ } 875.000,00$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{Amortização Anual}_{2017} + \text{Amortização Acumulada}_{\text{Saldo anterior}}$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{R\$ } 875.000,00 + \text{R\$ } 3.500.000,00 = (\text{R\$}4.375.000,00)$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = \text{Custo de aquisição} - \text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017}$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = 17.500.000,00 - 4.375.000,00 = \text{R\$}13.125.000,00$$

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor Justo = não existe
- Valor em uso = R$ 13.250.000,00
- ➢ Valor Recuperável = R$ 13.250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, não é necessário fazer ajuste, as patentes ficarão registradas pelo valor líquido de R$ 13.125.000,00

- Marcas:

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizada, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor Justo = 6.500.000
- Valor em uso = 7.000.000,00
- ➢ Valor Recuperável = 7.000.000,00
- Valor Contábil = 7.500.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de *7.500.000 – 7.000.000 = 500.000,* pois o valor recuperável **é menor do** que o valor contábil.

As marcas ficarão registradas da seguinte forma:

Custo de Aquisição	7.500.000,00
(-) Perda por recuperabilidade	(500.000,00)
Valor Contábil	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, 13.125.000,00 + 7.000.000,00 = 20.125.000,00.

Gabarito: B.

Contabilização do Teste de Recuperabilidade

6. **(FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:**

− Valor justo = R$ 1.300.000,00

− Valor em uso = R$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

a) 42.500,00.

b) 122.500,00.

c) 17.500,00.

d) 147.500,00.

e) 175.000,00.

Comentários:

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

Valor depreciável = Custo de aquisição – Valor Residual = 1.500.000 – 660.000 = R$ 840.000

A próxima etapa é calcular a depreciação:

Professores, a empresa definiu sua vida útil em 8 anos e para fins fiscais é de 10 anos. Qual devemos utilizar? Encontramos a resposta no CPC 01:

> **Vida útil é:**
>
> O período de **tempo** no qual a **entidade espera usar** um ativo; ou

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ 840.000}}{\text{96 meses}} = \text{R\$ 8.750 por mês}$$

Obs.: 8 anos = 96 meses

Depreciação Acumulada em 31/12/2018 = 8.750 x 18 meses = R$ 157.500

Obs.: a diferença entre 30/06/2017 e 31/12/2018 é de 18 meses

Vejamos o valor contábil:

Valor contábil $_{31/12/2018}$ = Custo de Aquisição – Depreciação Acumulada

Valor contábil $_{31/12/2018}$ = 1.500.000 – 157.500 = R$ 1.342.500

Dado que o Valor recuperável = R$ 1.325.000, teremos que apurar a perda:

Perda em 2018 = Valor contábil $_{31/12/2018}$ - Valor recuperável

Perda em 2018 = $ 1.342.500 – $ 1.325.000 = $ 17.500

Gabarito: E.

Itens Teóricos do CPC 01

7. (FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.

c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R$ 100.000 e seu valor recuperável for de R$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) $ 20.000.Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) $ 20.000.

e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

Comentários:

FIQUE ATENTO! A questão quer a incorreta! Analisemos as alternativas:

a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Correto, O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo será realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais. Vejam que a norma fala em: **assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação**.

Em síntese, quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor. Ou seja, teremos que fazer a baixa contábil da diferença.

b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.

Correto, a redução ao valor recuperável de ativos é um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.

A periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: **se houver indícios, no término do período de reporte**. **Mas, independentemente disso**, **anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.**

c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Corretíssimo! A alternativa trouxe um “CONTROL C + CONTROL V” (rsrsr...) da definição trazida pelo pronunciamento.

d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R$ 100.000 e seu valor recuperável for de R$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) $ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) $ 20.000.

As contas retificadoras servem para **ajustar o saldo de uma conta "principal".** Um exemplo da aplicação desse conceito é o cálculo da perda por desvalorização de alguns ativos, como máquinas e equipamentos.

Uma conta **retificadora do Ativo**, não possui a natureza desse grupo, isto é, devedora; possui **natureza credora**. Logo, ela ao invés de aumentar o saldo do grupo, irá diminuí-lo. Se eu tenho uma conta de ativo com saldo de R$ 100.000 e outra conta retificadora com saldo de R$ 20.000, o saldo do grupo será de R$ 100.000 – R$ 20.000 = R$ 80.000,00.

Logo, a alternativa erra ao afirmar: "Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) $ 20.000". Vejamos o lançamento correto:

Débito Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) $ 20.000.

Crédito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) $ 20.000.

Essa alternativa é o nosso gabarito!

e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo

Correto, para calcular o valor em uso trazemos a valor presente **as** vendas de produtos oriundos deste ativo, ainda acrescentamos o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

Ressalta-se que **temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo e desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas**.

Gabarito: D.

Goodwill

8. (FCC/ARSETE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R$ 250.000,00, composto por:

− Valor de custo: R$ 350.000,00.

− Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 280.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

a) 250.000,00.

b) 280.000,00.

c) 240.000,00.

d) 350.000,00.

e) 210.000,00.

Comentários:

Novamente destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição = R$ 350.000,00.

(-) Perda por desvalorização reconhecida (em 2014) = R$ 100.000,00

(=) Saldo Contábil = R$ 250.000,00

Posteriormente, antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 240.000,00.

Assim, o valor recuperável é R$ 280.000,00. Como é MAIOR que o valor contábil (R$ 250.000) e a empresa reconheceu uma perda por impairment de **R$** 100.000,00. Então, a empresa deverá reverter a perda reconhecida? **Não!!!** Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um Goodwill (ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura), não será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Ou seja, é uma exceção! Portanto, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi R$ 250.000,00.

Gabarito: A.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade

9. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

a) 2.828,61.

b) 2.746,22.

c) 2.913,47.

d) 3.183,63.

e) 3.000,00.

Comentários:

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar - pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor de uso} = \sum\left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em n}}{(1+i)^n}\right)$$

Agora, gastemos nossa matemática (rsrsrs...):

$$\text{Valor de uso} = \frac{1.000}{(1+0,03)^1} + \frac{1.000}{(1+0,03)^2} + \frac{1.000}{(1+0,03)^3} = 970,873 + 942,595 + 915,141 = \text{R\$ } 2.828,609$$

Gabarito: A.

Aplicação do Teste de Recuperabilidade

10. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

(A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

(B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.

(C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.

(D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.

(E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

Comentários:

A mercadoria tem que ser registrada pelo preço à vista. Os juros são registrados como encargos a transcorrer.

Valor aquisição	453.000,00
(+) Frete	7.000,00
(=) Valor contábil	460.000,00
➢ Perda (2%)	9.200,00

Portanto, "parte" da contabilização inicial é a que se segue:

D – Mercadorias	460.000,00
D – Encargos a transcorrer	47.000,00
C – Fornecedores	500.000,00
C – Caixa	7.000,00

Por sua vez, o Manual das SAs afirma que quando nos estoques estiverem incluídos itens danificados ou obsoletos e uma baixa direta em seus valores não for praticável, deve-se, então, reconhecer a perda estimada em conta própria: **Perdas em Estoques, conta retificadora do ativo.**

O FIPECAFI ainda afirma que essa prática de reduzir o custo dos estoques (write-off) ao valor realizável líquido é coerente com o **"conceito geral de impairment",** isto é, não se deve ter registrado valores ao que se espera realizar quando da ocorrência da venda ou do uso.

Assim, vamos reconhecer a perda com impairment no resultado da empresa com o seguinte lançamento!!!! Isso mesmo, despesas com recuperabilidade! Mas como assim, Julio?? Teste de Recuperabilidade em Estoques? Isso mesmo, pessoal.

Vejam a contabilização:

D – Despesa com Impairment	9.200,00.
C – Perdas com estoque (retificadora do ativo)	9.200,00

Assim, os valores líquidos apurados em 2017 serão:

Estoque =460.000 – 9.200 = 450.800,00

Fornecedores a Pagar = 500.000 – 47.000 = 453.000,00

Despesa com Impairment = 9.200,00.

Portanto, o gabarito é a letra d. Consequentemente, o valor contábil será:

Valor Contábil = Valor Contábil Anterior – Depreciação no período = 600.000 - 110.000 = R$ 490.000

Gabarito: D.

Goodwill

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 1.050.000,00.

− Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

A) 1.050.000,00.

B) 830.000,00.

C) 990.000,00.

D) 770.000,00.

E) 880.000,00.

Comentários:

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida. Exceto para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (o Goodwill). A perda reconhecida no Goodwill não deve ser revertida, pois não dá para distinguir do Goodwil gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente. Assim, voltando à questão, o Goodwill continua com valor de R$ 880.000.

Gabarito: E.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Qual é o objetivo do Teste de Recuperabilidade?
2. A metodologia prevista no CPC 01 é aplicada a todos os ativos?
3. O que é valor recuperável de um ativo?
4. O que é valor em uso de um ativo?
5. Qual a definição de valor justo de um ativo?
6. Como encontramos a perda por valor recuperável de um ativo?
7. Faça um passo a passo resumido para o cálculo do valor recuperável de um ativo.
8. Qual a periodicidade da realização do Impairment Test?
9. Quais ativos devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda?
10. Cite quatro Indicadores Externos que possam indicar a desvalorização de um ativo.
11. Cite três Indicadores Internos que possam indicar a desvalorização de um ativo.
12. Como será reconhecida contabilmente a perda por recuperabilidade?
13. E se a perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo?
14. A Perda por recuperabilidade de um ativo pode ser revertida?
15. A Perda por recuperabilidade do Ágio por expectativa de rentabilidade futura pode ser revertida?

Perguntas com respostas

1. Qual é o objetivo do Teste de Recuperabilidade?

Assegurar que nenhum ativo esteja registrado na Contabilidade por valores que excedam aos benefícios econômicos esperados dele, seja pelo uso ou pela venda.

2. A metodologia prevista no CPC 01 é aplicada a todos os ativos?

Não, o CPC 01 não é aplicado a alguns tipos de ativos, como por exemplo, estoques, ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados, propriedades para investimentos, ativos biológicos, dentre outros.

3. O que é valor recuperável de um ativo?

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

4. O que é valor em uso de um ativo?

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

5. Qual a definição de valor justo de um ativo?

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração. **(CPC 46 – Mensuração do Valor Justo).**

6. Como encontramos a perda por valor recuperável de um ativo?

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

7. Faça um passo a passo resumido para o cálculo do valor recuperável de um ativo.

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, por prudência.

8. Qual a periodicidade da realização do Impairment Test?

Para os ativos em geral (como os imobilizados), a empresa deve verificar se há indícios de desvalorização no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

9. Quais ativos devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda?

- Goodwill

- Intangível com vida indefinida

- Intangível que ainda não está em uso.

10. Cite quatro Indicadores Externos que possam indicar a desvalorização de um ativo.

- *há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;*
- *mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;*
- *as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;*
- *o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;*

11. Cite três Indicadores Internos que possam indicar a desvalorização de um ativo.

- *evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;*
- *mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;*
- *evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;*

12. Como será reconhecida contabilmente a perda por recuperabilidade?

A perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes).

13. E se a perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo?

Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

14. A Perda por recuperabilidade de um ativo pode ser revertida?

Sim, a entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

15. A Perda por recuperabilidade do Ágio por expectativa de rentabilidade futura pode ser revertida?

Não, pois seria equivalente a reconhecer o goodwill gerado internamente, o que é vedado pelas normas.

Pessoal, encerramos aqui a nossa aula de hoje. Espero que vocês tenham gostado da nossa abordagem e do conteúdo apresentado. Com certeza essas informações irão te auxiliar na sua jornada de estudos!

Grande abraço e bons estudos!

"Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei sobre os ombros de gigantes.."

(Isaac Newton)

Julio Cardozo

https://www.facebook.com/profjuliocardozo/

Insta: www.instagram.com/profjuliocardozo

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) No Balanço Patrimonial de 31/12/2019 de uma empresa, o saldo contábil evidenciado para um Ativo Intangível com vida útil indefinida era R$ 1.600.000,00 composto pelos seguintes valores:

• Custo de aquisição: ..... R$ 1.900.000,00.

• Perda por desvalorização: ..... R$ 300.000,00.

Em dezembro de 2020, havia evidências indicando que a vida útil desse ativo continuava indefinida e a empresa obteve as seguintes informações para realizar o teste de redução ao valor recuperável do Ativo Intangível:

• Valor em uso do ativo: ..... R$ 2.000.000,00.

• Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: ..... R$ 1.920.000,00.

Sabendo-se que o Ativo Intangível não se refere a Ágio por Expectativa de Resultados Futuros, a empresa reconheceu, no resultado de 2020, um ganho, em reais, no valor de

a) 300.000,00

b) 100.000,00

c) 400.000,00

d) 320.000,00

e) 20.000,00

2. (FCC/SEF SC/Analista da Receita Estadual/2021) A Cia. Invisível possuía, em 31/12/2019, um ativo Intangível (Marca) com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R$ 2.100.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição ..... R$ 2.500.000,00

- Perda por desvalorização (reconhecida em 2019) ..... R$ 400.000,00

Em dezembro de 2020, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso ..... R$ 1.900.000,00

- Valor justo líquido das despesas de venda ..... R$ 2.600.000,00

Com base nestas informações e sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Invisível, em dezembro de 2020,

A não fez nenhum registro.

B reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 200.000,00.

C reconheceu um ganho no valor de R$ 400.000,00.

D reconheceu um ganho no valor de R$ 500.000,00.

E reconheceu um ganho no valor de R$ 100.000,00.

3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade -Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

− Custo de aquisição: R$ 950.000,00.

− Perda por desvalorização (impairment): R$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 1.000.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

(A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 50.000,00.

(B) manteve, no ativo, o valor contábil de R$ 750.000,00.

(C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 250.000,00.

(D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R$ 50.000,00.

(E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R$ 200.000,00.

4. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

(A) reconheceu um ganho no valor de R$ 150.000,00.

(B) não fez nenhum registro contábil.

(C) reconheceu um ganho no valor de R$ 130.000,00.

(D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 50.000,00.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 180.000,00.

5. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00

(−) Amortização Acumulada ..... (3.500.000,00)

(=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R$)	Amortização acumulada (R$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	**25.000.000,00**	**3.500.000,00**	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R$)	Valor em uso (R$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

a) 20.250.000,00.

b) 20.125.000,00.

c) 19.750.000,00.

d) 19.625.000,00.

e) 20.625.000,00.

6. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

− Valor justo = R$ 1.300.000,00

− Valor em uso = R$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

a) 42.500,00.

b) 122.500,00.

c) 17.500,00.

d) 147.500,00.

e) 175.000,00.

7. (FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.

c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R$ 100.000 e seu valor recuperável for de R$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) $ 20.000.Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) $ 20.000.

e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

8. (FCC/ARSETE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R$ 250.000,00, composto por:

− Valor de custo: R$ 350.000,00.

− Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 280.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

a) 250.000,00.

b) 280.000,00.

c) 240.000,00.

d) 350.000,00.

e) 210.000,00.

9. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

a) 2.828,61.

b) 2.746,22.

c) 2.913,47.

d) 3.183,63.

e) 3.000,00.

10. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

(A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

(B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.

(C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.

(D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.

(E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de “impairment”) e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 1.050.000,00.

− Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

A) 1.050.000,00.

B) 830.000,00.

C) 990.000,00.

D) 770.000,00.

E) 880.000,00.

GABARITO

Questão	Gabarito
1	A
2	C
3	E
4	C
5	B
6	E
7	D
8	A
9	A
10	D
11	E

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.